

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.789 - SE (2019/0158751-7)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : MUNICIPIO DE FEIRA NOVA
ADVOGADO : BRUNO ROMERO PEDROSA MONTEIRO - PE011338
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE 2010, CONSIDERANDO O VMAA DO FUNDEF DE 2006. PORTARIA 380/2011. FIXAÇÃO DE VMAA PARA O FUNDEB DE 2010 EM MONTANTE SUPERIOR AO PRETENDIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APELAÇÃO DESPROVIDA

A parte recorrente afirma que houve, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, c/c 1.022, 7º, 9º, 10 e 139, I, do CPC e 33 da Lei 11.494/2007.

Contrarrazões às fls. 583-592, e-STJ.

O Ministério Público Federal opina:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. REPASSE DE VERBAS. FUNDEB. COMPLEMENTAÇÃO. FORMA DE CÁLCULO DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMAA DO FUNDEF/2006). VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. DEVER DE LEALDADE PROCESSUAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 9º E 10 DO CPC. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DAS PARTES. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

- Parecer pelo parcial improvimento do recurso especial, com retorno dos autos ao Tribunal de origem, para análise do ponto omissis.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 26.8.2019.

Merece prosperar a irresignação.

O Tribunal regional, ao julgar Apelação contra sentença de improcedência, consignou:

Observa-se, portanto, que o valor fixado no âmbito do FUNDEB para o ano de 2010 supera aquele que o demandante afirma ter sido praticado para o FUNDEF de 2006 e que pretende ver aplicado para o FUNDEB (R\$ 1.473,05). Dessa forma, não há qualquer utilidade na presente demanda, pois, ainda que restasse acolhida a tese de demandante, uma futura execução não lhe traria qualquer proveito, uma vez que os valores repassados superam o pretendido.

Segundo o art. 485, VI, do CPC, a ausência de interesse processual enseja a extinção do processo sem resolução do mérito".

Em Embargos de Declaração, o recorrente requereu a manifestação acerca do seguinte ponto:

Com a devida consideração, em nenhum momento do pedido, a municipalidade busca vincular o VMAA a uma quantia determinada, na verdade, na apelação, o referido ente tenta demonstrar como a fixação equivocada do VMAA no ano de 2006, prejudicou os repasses realizados pela União a partir do ano de 2009, devendo a mesma ser condenada ao pagamento das diferenças de complementação ao FUNDEB a partir do referido ano.

Todavia, a Egrégia Quarta Turma deste Tribunal, ao proferir o acórdão, julgou a apelação como se a municipalidade tivesse vinculado sua pretensão a um VMAA específico, quando na verdade seu pedido, nunca é demais ressaltar, foi a condenação ao pagamento das diferenças de complementação ao FUNDEB a partir do ano de 2009, em razão da fixação equivocada do VMAA em 2006.

Acrescentou:

Importante destacar que o argumento utilizado no acórdão, qual seja, ausência de interesse de agir, não foi discutido em nenhum momento do processo, seja na contestação da União Federal, na sentença, na sentença dos embargos de declaração e nas contrarrazões ao recurso de apelação.

Portanto, ao não manter observância aos dispositivos legais em referência, e, ao proferir decisão, cujo fundamento a respeito do qual não

fora dado ao recorrente oportunidade de se manifestar, há clara violação aos arts. 9º e 10 do CPC, circunstância que reclamou a oposição de embargos de declaração, com fulcro no art. 1.022, inciso II do CPC/15, o qual prevê, expressamente "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento".

Desta feita, não tendo o Tribunal oportunizado ao recorrente que o mesmo se manifestasse acerca a quo do fundamento a respeito do qual desproveria seu recurso de apelação, incorreu em vilipêndio aos arts. 9º e 10 do CPC/15.

(...)

À luz do preceptivo acima, a partir do CPC/2015 mostra-se vedada decisão que inova o litúgio e adota fundamento de fato ou de direito sem anterior oportunização de contraditório prévio, mesmo nas matérias de ordem pública que dispensam provocação das partes. Somente argumentos e fundamentos submetidos à manifestação precedente das partes podem ser aplicados pelo julgador, devendo este intimar os interessados para que se pronunciem previamente sobre questão não debatida que pode eventualmente ser objeto de deliberação judicial.

A Corte de origem, contudo, ao julgar os Aclaratórios, manteve-se silente quanto às questões.

De fato, houve omissão concernente à análise da aplicação dos pontos, que configuram matérias relevantes para o deslinde da controvérsia.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. REIVINDICATÓRIA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. NÃO SURPRESA. VEDAÇÃO. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO PRÉVIA. CONTRADITÓRIO. INTERAÇÃO. COOPERAÇÃO.

1. Ação ajuizada em 05/05/1995. Recurso interposto em 16/08/2018 e atribuído a este gabinete em 18/12/2018.

2. O propósito recursal consiste em determinar a natureza da nulidade dos atos processuais pela inobservância da suspensão prevista em casos de morte, nos termos do art. 265, I, do CPC/73, bem como se, nas hipóteses de nulidades processuais, deve-se aplicar as regras relativas ao princípio da não surpresa, tal como previstos nos arts. 9º, 10 e 933 do CPC/2015. 3. Ausentes a omissão, a contradição e o erro material, não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. A inobservância do disposto no art. 265, I, do CPC/73 - que determina a suspensão do processo pelo falecimento de uma das partes - enseja, tão somente, nulidade relativa, sendo válidos os atos processuais

subsequentes desde que não haja prejuízo aos interessados. Precedentes.

6. O art. 10 do CPC/2015 estabelece que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Precedente.

7. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1787934/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 22/02/2019)

Dessa forma, justifica-se o retorno dos autos à origem para novo julgamento dos aclaratórios. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA. MATÉRIA RELEVANTE.

1. O aresto proferido no julgamento da apelação não emitiu pronunciamento acerca da legitimidade de condicionar a liberação de mercadoria importada à prestação de garantia, nos termos do art. 80 da Medida Provisória nº 2.158, de 24.08.01, argüida em contestação e nas razões de apelo. Há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem se descuida de apreciar matéria relevante ao deslinde da controvérsia posta em julgamento, cujo conhecimento lhe foi devolvido por ocasião de recurso voluntário e da remessa oficial.

2. Regresso dos autos à origem para que novo acórdão seja proferido nos embargos de declaração.

3. Recurso especial provido. (REsp 936.858/RN, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ 16.08.2007).

Diante do exposto, dou provimento ao Recurso Especial, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, a fim de que se manifeste expressamente sobre a apontada violação dos arts. 9º e 10 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator